



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Metropolitana - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

Parecer nº 106/IEF/URFBIO METRO - NUREG/2023

PROCESSO Nº 2100.01.0010929/2023-94

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: José Soares Ferreira	CPF/CNPJ: 276.135.186-04
Endereço: Rua São Luiz, nº 380 CS	Bairro: Robert Kennedy
Município: Itatiaiuçu	UF: MG
Telefone: 37 9 84134090	E-mail: fernandoaugusto125@hotmail.com
CEP: 35685-000	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

() Sim, ir para item 3 (X) Não, ir para item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: Itacar Veículos e Corretagem de Imóveis Ltda	CPF/CNPJ: 33.240.147/0001-08
Endereço: PC Antônio Quirino da Silva, 440	Bairro: Centro
Município: Itatiaiuçu	UF: MG
Telefone: 37 9 84134090	E-mail: fernandoaugusto125@hotmail.com
CEP: 35.685-970	

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Lotes urbanos 02, 03, 04 - Loteamento Parque dos Coqueiro	Área Total (ha): 0,2000
Registros nº: 45.329, 45.330 e 45.331	Município/UF: Itatiaiuçu

Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): Imóvel Urbano

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	0,2000	ha

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	0,2000	ha	23 K	558.990	7.765.347

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Outros	Construção residencial Unifamiliar	0,2000

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional	Área (ha)
Mata Atlântica	Floresta Estacional Semidecidual Secundária Montana	Médio	0,2000

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Como consta no AI, aplicou-se o Cód 302-A	Retirar ou tornar inservível produto da flora nativa oriundo de exploração, desmate, destoca, supressão, corte ou extração de florestas e demais formas de vegetação, realizada sem autorização ou licença do órgão ambiental competente, ou em desacordo com a autorização ou licença concedida.	Foram estimados 20	m³

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 05/04/2023

Data da vistoria: 18/04/2023

Data de solicitação de informações complementares: 13/06/2023

Data do recebimento de informações complementares: 21/09/2023

Data de emissão do parecer técnico: 09/10/2023

2. OBJETIVO

Análise técnica referente a solicitação de **intervenção ambiental corretiva** para **supressão de cobertura vegetal nativa** em 0,2000 ha (2000 m²), no bioma Mata Atlântica, com cobertura vegetal composta por remanescentes de vegetação nativa de Floresta Estacional Semidecidual Secundária Montana em estágio **médio**, em área urbana denominada Loteamento Parque dos Coqueiros, situada no município de Itatiaiuçu - MG, para uso alternativo do solo, a saber, construção residencial unifamiliar.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1. Imóvel Urbano

A área **total** da propriedade é de 0,2000 ha (2000 m²) objeto deste parecer e encontram-se registradas nas matrículas nº 45.329; nº 45.330 e nº 45.331 do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Itaúna de propriedade em nome de Itacar Veículos e Corretagem de Imóveis Ltda. O empreendimento está situado em área urbana no município de Itatiaiuçu, onde a cobertura vegetal nativa representa 14,83% da área total do município e está inserido no Bioma Mata Atlântica com cobertura vegetal composta por remanescentes de vegetação nativa de Floresta Estacional Semidecidual Secundária Montana.

3.2. Cadastro Ambiental Rural

Imóvel localizado em área urbana, sendo assim dispensado da apresentação do recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR ou a comprovação da averbação da área de Reserva Legal da propriedade.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

É objeto deste parecer a análise em **caráter corretivo** através da supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 0,2000 ha (2000 m²), no bioma Mata Atlântica, em área urbana, denominada Loteamento Parque dos Coqueiros, situada no município de Itatiaiuçu - MG. Diante dos fatos, foi apresentado o Auto de Infração (63625238) lavrado pela Polícia Militar do Meio Ambiente 7TM Cia PMMAmb - Divinópolis. Também foi apresentado o Termo de Confissão e de Parcelamento de Débito (63625235).

A vegetação nativa em área testemunho é formada por árvores de porte médio e estratificada, ou seja, dossel entre 5 a 9 metros de altura, sub-bosque com arbustos, serapilheira e espécies indicadoras como, por exemplo, *Mabea fistulifera*, *Guazuma ulmifolia*, *Miconia spp*, *Machaerium spp* e *Cecropia spp*. Estas características corroboram com as definições descritas na Resolução Conama nº 392, para estágio sucessional **médio**.

Considerando que na área intervinda foi constatado em vistoria e imagens de satélite que a maior parte da vegetação da área foi suprimida e as construções/residências concluídas, assim, parte da área pleiteada para a regularização **deverá ser recuperar e esta destinada a preservação**, com o intuito de atender o disposto na Lei 11.428, art. 23:

*"O corte, a **supressão** e a exploração da vegetação secundária em estágio **médio** de regeneração do Bioma Mata Atlântica **somente serão autorizados: IV - nos casos previstos nos §§ 1o e 2o do art. 31 desta Lei**" Grifo nosso.*

Assim, o requerente apresentou o PRADA para reparação do dano e recuperação da área destinada a preservação, está será averbada na matrícula do imóvel e objeto de condicionantes que garantam sua efetiva recuperação.

Na área de supressão, de acordo com a fiscalização, foi estimado com base no Cód. 302-A do Decreto nº 47.383 em 20 m³ de lenha de floresta nativa.

Recibo Sinaflor nº: 23125972

Taxa de Expediente: Valor R\$ 629,61 pagamento realizado em 28/02/2023

Taxa Florestal: Valor R\$ 234,17 (em dobro). Pagamento realizado em 28/02/2023

4.1. Das eventuais restrições ambientais:

Segundo a plataforma [IDE SISEMA](#), as principais características da propriedade em questão são:

- Bioma: Mata Atlântica;
- Fitofisionomia: Floresta Estacional Semidecidual Secundária Montana;
- Vulnerabilidade Natural: Baixa;
- Integridade da Fauna: Alta;
- Integridade da Flora: Baixa;
- Prioridade de Conservação da Flora: Muito Baixa;
- Prioridade para Conservação da Biodiversidade/Biodiversitas: Não inserido;
- Erodibilidade do Solo: Baixa;
- Risco Potencial de Erosão: Médio;
- Unidade de Conservação: Não inserido;
- Zona de amortecimento de UC: Não inserido.
- Outros: Art 11 e Art 25 da Lei Federal 11428/06

Conforme estudo da Fundação SOS Mata Atlântica e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) o percentual de vegetação do Bioma Mata Atlântica (2013/2014) existente no Estado de Minas Gerais é de 10,3 %, assim, não se aplica o previsto no art. 25 do parágrafo único da Lei 11.428/2006.

Em se tratando do Art. 11 da Lei 11.428/2006, conforme os dados do levantamento da área do empreendimento, esta **abriga** espécies da flora ameaçadas de extinção segundo a Portaria MMA 148/2022, a saber, *Xylopia brasiliensis* e *Aspidosperma*

parvifolium. A supressão será objeto de **compensação conforme legislação vigente**. Por tratar-se de área de urbana e considerando a dimensão da área de intervenção, não há impacto significativo sobre corredores ecológicos e habitats naturais da fauna. Não está localizado em área de excepcional valor paisagístico, assim declarada pelo poder público.

Considerando os estudos apresentados, a dimensão da área requerida, assim como o fato de estar localizada no perímetro urbano, a adoção das medidas mitigadoras e compensatórias propostas foram consideradas suficientes para assegurar que a intervenção pleiteada não coloca em risco a sobrevivência de espécies da flora ameaçada de extinção.

4.2. Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

A atividade desenvolvida, construção de residência unifamiliar não se enquadra em nenhuma das classes ou não relacionados na Listagem de Atividades do Anexo Único da DN Copam 217/17

- Atividades desenvolvidas: Construção de residência unifamiliar

- Classe do empreendimento: Não se aplica;

- Critério locacional: Não se aplica;

- Modalidade de licenciamento: (**X**) Não – Passível | () LAS Cadastro | () LAS/RAS | () LAC ou LAT no caso de intervenções após licenciamento SEMAD | () Municipal

- Número do documento: Não se aplica.

4.3. Vistoria realizada:

A vistoria técnica foi realizada no dia 18/04/2023. Esteve presente este parecerista.

Não foi verificada presença de áreas abandonadas ou subutilizadas.

4.3.1. Características físicas:

- Topografia: A topografia das áreas são plano alongadas, pois são contínuas e a declividade máxima inferior a 25°. Não foi encontrado sítio espeleológico ou paleontológico ou ainda cavidades naturais no solo, tais como grutas ou cavernas, ou seja, foi observado em vistoria e consultado no IDE - SISEMA (Potencialidade de Ocorrência de Cavidades) que o local não é propício para estas formações geológicas.

- Solo: segundo estudo apresentado o solo é classificado como CXbd21 CAMBISSOLO HÁPLICO Tb álico fase relevo forte ondulado + NEOSSOLO LITÓLICO fase relevo montanhoso ambos Distróficos típicos A moderado textura argilosa fase campo subtropical substrato filitos.

- Hidrografia: O referido lote **não** possui área de APP (Área de Preservação Permanente). A área está localizada na Bacia do Rio São Francisco, sub-bacia do Paraopeba. Os cursos hídricos mais próximos do empreendimento são o Ribeirão Itatiaia e Córrego Fazenda.

4.3.2. Características biológicas:

- Vegetação: A vegetação está inserida no Bioma Mata Atlântica. A vegetação natural é classificada como Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária no ESTÁGIO MÉDIO de regeneração natural. Conforme Inventário Florestal/Censo as espécies encontradas são: *Magonia pubescens* Tingui, *Machaerium stipitatum* Sapuvinha, *Cupania vernalis* Camboatá, *Platypodium elegans* Amendoim-Bravo, *Dalbergia miscolobium* Jacarandá, *Myrcia splendens* Guamirimmiudo, *Licania tomentosa* Oiti, *Pouteria ramiflora* Fruta-de-Veado, *Cariniana estrellensis* Jequitibá-branco, *Acca sellowiana* Goiabeira-do-Mato, *Terminalia argentea* Capitão-do-campo, *Diospyros hispida* Caqui-do-Cerrado, *Cecropia pachystachya* Embaúba, *Virola sebifera* Virola, *Acosmium subelegans* Chapada, *Rauvolfia sellowii* Casca-d'anta, *Inga edulis* Ingá, *Miconia albicans* Canela-de-velho, *Guazuma ulmifolia* Mutamba, *Mabea fistulifera* Canudo, *Xylopia brasiliensis* Pindaíba, *Pouteria torta* Curriola, *Genipa americana* Genipapo, *Jacaranda macrantha* Caroba, *Anadenanthera macrocarpa* Angico, *Copaifera langsdorffii* Copaíba, *Dipteryx alata* Barú, *Hymenaea courbaril* Jatobá, *Aspidosperma parvifolium* Guatambu, *Albizia niopoides* Farinha-seca, *Triplaris americana* Pau Formiga, *Plathymenia reticulata* Vinhático, *Pterodon pubescens* Sucupira-Branca, *Peltogyne lecointei* Roxinho, *Zanthoxylum rhoifolium* Mamica-de-Porca, *Vernonia discolor* Vassourão-preto, *Machaerium hirtum* Jacarandá-de-Espinho, *Myrsine umbellata* Capororocão e *Sclerolobium aureum* Pau-bosta.

Na área destinada à implantação do empreendimento, foram registradas 2 espécies ameaçadas de acordo com a Portaria MMA 148/2022, sendo: 2 indivíduos de *Xylopia brasiliensis* (pindaíba), categoria VU (Vulnerável) e 3 indivíduos de *Aspidosperma parvifolium* (Guatambu), categoria EN (Em perigo). Desta forma deverá ser objeto de **compensação** conforme legislação vigente.

- Fauna: O diagnóstico da fauna foi realizado considerando dados secundários. Na área do empreendimento foram relatadas diversas espécies com ampla distribuição geográfica, ou seja, é encontrada em mais de uma bacia hidrográfica e/ou região brasileira. Em vistoria não foram encontrados vestígios, tocas, ninhos ou rastros.

4.3.3. Alternativa técnica e locacional:

Considerando a necessidade de supressão de Mata Atlântica em estágio médio e supressão de espécie ameaçada, considerando os estudos apresentados, as características do projeto, considerando que a **vegetação nativa ocupava a totalidade** da área do empreendimento e que esta apresenta características homogêneas, conforme constatado no Auto de Infração, ficou comprovada a ausência de alternativas locais à implantação do empreendimento proposto, **desde que respeita a aplicação do art. 31 da Lei 11.428**.

5. ANÁLISE TÉCNICA

Conforme relatado o empreendimento deverá recompor a vegetação em 600 m², afim de atender o Art. 31 da Lei 11.428:

"Nas regiões metropolitanas e áreas urbanas, assim consideradas em lei, o parcelamento do solo para fins de loteamento ou qualquer edificação em área de vegetação secundária, em estágio médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica,

devem obedecer ao disposto no Plano Diretor do Município e demais normas aplicáveis, e dependerão de prévia autorização do órgão estadual competente, ressalvado o disposto nos arts. 11, 12 e 17 desta Lei.

§ 1o Nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, **a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio médio de regeneração em no mínimo 30% (trinta por cento) da área total coberta por esta vegetação.**" Grifo nosso

Considerando os estudos apresentados, a dimensão da área requerida, assim como o fato de estar localizada no perímetro urbano, a adoção das medidas mitigadoras e compensatórias propostas foram consideradas suficientes para assegurar que a intervenção pleiteada corretiva. Assim, observados os quesitos técnicos e legais **não verificamos** a existência de óbices ao pleito do requerente.

5.1. Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção abrangem a área e seu entorno, e afetam direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo estes:

Impactos: perda e fragmentação de hábitat; redução da biodiversidade; exposição do solo, facilitando processos erosivos; poluição sonora pelo uso de máquinas; perturbação, afugentamento, atropelamento e captura da fauna, com a diminuição de área de abrigo, de nidificação e de deslocamento, além da diminuição da disponibilidade de alimento; alteração da paisagem; aumento da pressão antrópica sobre biótopos.

Medidas mitigadoras: Considerando tratar-se de regularização de intervenção ambiental corretiva, ou seja, já realizada, resta prejudicada a proposição de medidas mitigadoras, desta forma, os impactos ambientais possíveis, serão tratados no âmbito das condicionantes ambientais.

6. CONTROLE PROCESSUAL

Considerando o disposto no Decreto Estadual nº. 47.892/2020, compete ao Núcleo de Controle Processual Regional realizar o controle processual dos processos administrativos que envolvam supressão de vegetação nativa primária ou secundária em estágio médio e avançado de regeneração, pertencentes ao bioma Mata Atlântica, de empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento ambiental simplificado ou não passíveis de licenciamento ambiental, de forma integrada e interdisciplinar;

Considerando ainda, que compete ao Núcleo de Controle Processual Regional zelar pelo cumprimento de normas e procedimentos, bem como das orientações da AGE nos demais processos de competência da URFBio, conforme diretrizes emanadas pelo Gabinete, pelas diretorias e pela Procuradoria do IEF;

Diante das informações apresentadas pelo requerente, bem como, os dizeres relatados no parecer técnico emitido pela analista ambiental do IEF, **NÃO VISLUMBRAMOS ÓBICE JURÍDICO** na concessão da autorização para intervenção ambiental.

Conclui-se pela possibilidade de regularização da intervenção ambiental em caráter corretivo, para uso alternativo do solo em 0,2000 ha (2000 m²) de vegetação nativa caracterizada como Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária no estágio **MÉDIO** de regeneração natural, objetivando a construção de residência unifamiliar no loteamento "Parque dos Coqueiros", no município de Itatiaiuçu - MG, devendo ser observadas, para tanto, o atendimento das condicionantes, medidas mitigadoras e compensatórias constantes no Anexo III e no DAIA.

É o entendimento, s.m.j

7. CONCLUSÃO

Considerando a análise das informações apresentadas, e, ainda a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO**, a saber, intervenção em caráter corretivo através da supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo em 0,2000 ha (2000 m²) de vegetação nativa caracterizada como Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária no estágio **MÉDIO** de regeneração natural, bem como o aproveitamento do material lenhoso estimado com base no Cód. 302-A do **DECRETO Nº 47.383, DE 02 DE MARÇO DE 2018** em 20 m³ de lenha de floresta nativa. O produto/sub-produto vegetal oriundo da supressão foi incorporado ao solo.

Após realização do controle processual, este parecer único deverá ser submetido a apreciação da da Supervisão Regional para deliberação.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

8.1. Preservação de 30% prevista no artigo 31 da Lei 11.428/06:

A propriedade encontra-se em loteamento aprovado **anteriormente** a publicação da Lei da Mata Atlântica. Ademais consta também a demarcação em mapa da área destinada à preservação ambiental prevista no artigo 31 da Lei da Mata Atlântica.

A área destinada à preservação ambiental corresponde a 30 % da área. A proposta apresentada define a preservação de 0,0600 ha (600 m²), nas coordenadas: X = 559.021 e Y = 7.765.350, Datum SIRGAS 2000. Entretanto a área proposta **não** apresenta vegetação, assim, **deverá ser integralmente recuperada para** atender aos preceitos legais conforme art. 31 da Lei 11.428. Considerando que o PRADA é um documento técnico que instrumentaliza a recuperação; Considerando que ao final, a qualidade e adequação do documento técnico tem como objetivo a efetiva recuperação da área, informamos que o PRADA está em conformidade com o termo de referência e que sua efetiva implementação deve ser realizada pelo equipe técnica contratada pelo requerente (72706540).

8.2. Compensação por supressão de Mata Atlântica:

No caso do presente empreendimento a área de intervenção em vegetação nativa caracterizada como Floresta Estacional Semidecidual Montana Secundária no estágio médio de regeneração natural será de 0,2000 ha (2000 m²).

No que se refere à Compensação Florestal por supressão de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica em estágio médio de regeneração, o requerente formalizou proposta de compensação florestal junto à URFBio Metropolitana em conformidade com o estabelecido na Portaria IEF Nº 30/2015. Sendo assim, a modalidade de compensação florestal adotada a instituição de servidão ambiental perpétua em uma área cujo o total é o dobro da intervenção, assim, a área possui 0,4000 ha (4000 m²).

A área de 0,4000 ha se encontra nas coordenadas: X = 567.336 e Y = 7.770.070, Datum SIRGAS 2000. Para verificação da extensão, localização, equivalência ecológica com a área suprimida, bem como outros aspectos inerentes à modalidade de compensação proposta, os pontos vistoriados foram definidos com base na análise de imagens satélite do polígono encaminhado pelo empreendedor. Na seleção de pontos buscou-se amostrar a diversidade da vegetação local no tocante às fitofisionomias existentes, aos estágios sucessionais, à influência de áreas de borda, dentre outros. Para avaliação da equivalência partir-se-á da análise das áreas afetadas e proposta em termos fitofisionomias existentes e estágios sucessionais, conforme dados apresentados, sendo a área proposta para compensação inserida em Área de Proteção Especial (Rio Manso), portanto, entende-se como ganho ambiental.

O percentual a ser compensado conforme Art. 48 do Decreto Estadual 47.749/19 prevê que para cada hectare de supressão, a compensação florestal seja no mínimo o dobro da área suprimida. Assim, entende-se que a **proposta atende tal exigência**.

Em análise aos estudos técnicos apresentados e juntados ao processo administrativo, considerando os aspectos técnicos descritos e analisados, bem como a inexistência de óbices técnicos no cumprimento da proposta de Compensação Florestal por intervenção no Bioma de Mata Atlântica, este Parecer opina pelo DEFERIMENTO da proposta de compensação florestal apresentada nos termos do PECF analisado (63625170 e 72706538).

O Termo de Compromisso de Compensação Florestal deverá ser averbado junto às matrículas dos imóveis, atendendo a compensação florestal preconizada na Lei 11.428/2006. **A apresentação de Termo de Compromisso de Compensação Florestal (TCCF) averbado em Cartório configura como condicionante a ser atendida previamente à entrega da Autorização.**

8.4. Compensação por supressão de espécies protegidas por lei:

Espécies ameaçadas seguem conforme Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102, art. 29 – "A compensação de que trata o art. 73 do Decreto nº 47.749, de 2019, será determinada na seguinte razão: I – **dez mudas** por exemplar autorizado para espécies na categoria Vulnerável – VU; II – **vinte mudas** por exemplar autorizado para espécies na categoria Em Perigo – EM;".

Na área destinada à implantação do empreendimento, foram registradas 2 espécies ameaçadas de acordo com a Portaria MMA 148/2022, sendo: 2 indivíduos de *Xylopia brasiliensis* (pindaíba), categoria VU (Vulnerável) e 3 indivíduos de *Aspidosperma parvifolium* (Guatambu), categoria EM (Em perigo), sendo assim, deverão ser realizados o plantio de **vinte (20) mudas de *Xylopia brasiliensis*** e **sessenta (60) mudas de *Aspidosperma parvifolium***, conforme estabelecido. **O plantio ocupará 0,0720 ha (720 m²)** e será realizado dentro da mesma sub bacia hidrográfica do Rio Paraopeba, atendendo assim os preceitos legais. A área é definida pelas seguintes coordenadas: X = 567.339 Y = 7.769.987 Datum SIRGAS 2000.

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013: 604,43 R\$

(☒) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

(☐) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(☐) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

O documento Autorizativo para Intervenção Ambiental é válido mediante cumprimento integral das seguintes condicionantes:

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Realizar o plantio de vinte (20) mudas de <i>Xylopia brasiliensis</i> e sessenta (60) mudas de <i>Aspidosperma parvifolium</i> na área definida pelas seguintes coordenadas: X = 567.339 Y = 7.769.987 Datum SIRGAS 2000 - 23k.	Conforme Cronograma executivo do PRADA
2	Realizar a implantação do PRADA com objetivo de reparar o dano e recuperar a área de preservação (conforme art. 31 da Lei 11.428) na área definida pelas seguintes coordenadas: X = 559.021 e Y = 7.765.350 Datum SIRGAS 2000 - 23k, em área de 0,0600 ha (600 m²) e apresentar relatório após a implantação indicando os tratamentos silviculturais adotados e demais informações pertinentes.	Conforme Cronograma executivo do PRADA
3	Apresentar relatório após a implantação do PRADA para acompanhamento da recuperação da área de preservação , indicando as espécies e número de mudas plantados, tratamentos silviculturais adotados e demais informações pertinentes. Acrescentar anexo fotográfico . Caso o responsável técnico pela execução do PRADA for diferente do responsável técnico pela elaboração do mesmo, apresentar junto a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART".	Anualmente durante a validade da Autorização
4	Apresentar relatório após a implantação do PRADA para fins de compensação supressão de espécies ameaçadas , indicando as espécies e número de mudas plantados, tratamentos silviculturais adotados e demais informações pertinentes. Acrescentar anexo fotográfico . Caso o responsável técnico pela	Anualmente durante a validade da Autorização

execução do PRADA for diferente do responsável técnico pela elaboração do mesmo, apresentar junto a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART”.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

** A apresentação de Termo de Compromisso de Compensação Florestal (TCCF) em Cartório configuram como **condicionante** a ser atendida previamente à entrega da AUTORIZAÇÃO.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Moisés da Silva Lima

MA SP: 1449974-3

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Geovane Mendes de Miranda

MA SP: 1020845-2



Documento assinado eletronicamente por **Geovane Mendes de Miranda, Servidor**, em 11/10/2023, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Moises da Silva Lima, Servidor**, em 16/10/2023, às 07:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **74866169** e o código CRC **25CFD8F7**.